

Sul América Companhia Nacional de Seguros
CNPJ 33.041.062/0001-09



Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injetão de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada, redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando maior consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de

2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados.

Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas.

As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2017	2016	△
Prêmios emitidos	3.331,7	3.448,3	-3,4%
Prêmios ganhos	3.358,8	3.462,0	-3,0%
Sinistros ocorridos	(2.145,1)	(2.326,7)	7,8%
Custos de aquisição	(686,0)	(759,0)	9,6%
Margem bruta	527,7	376,3	40,2%
Resultado antes dos impostos e participações	624,2	559,5	11,6%
Lucro líquido	592,3	533,6	11,0%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2017, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,3 bilhões, 3,4% abaixo da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,1 bilhões, 7,8% abaixo do número apresentado em 2016. Os custos de aquisição somaram R\$686,0 milhões, redução de 9,6% frente ao ano anterior. No ano, o lucro líquido alcançou R\$592,3 milhões, com aumento de 11,0% em relação a 2016.

4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto: A Companhia não passou por reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto no período.

5. Investimentos: Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE) no montante de R\$3.233,7 milhões.

6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2017, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

(R\$ milhões)	2017	2016
Lucro antes dos impostos e participações	624,2	559,5
(-) Impostos e contribuições	(9,4)	(8,5)
(-) Participações	(22,5)	(17,4)
Lucro líquido do exercício	592,3	533,6
Outros ajustes	0,4	-
Lucro líquido do exercício após compensações e ajustes	592,7	533,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(29,6)	(26,7)
Lucro líquido ajustado	563,1	506,9
Dividendos obrigatórios	-	-
25% do Lucro líquido ajustado	140,8	126,7
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	19,6	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	121,2	126,7
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	57,3	3,3
Bruto	210,0	153,0
Imposto de renda	(31,5)	(23,0)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	-	-
Destinação:	-	-
Constituição de reserva estatutária	333,5	353,9

8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo							
Circulante							
Disponível							
Caixa e bancos							
Aplicações							
Créditos das operações com seguros e resseguros							
Prêmios a receber	6.1	1.846.619	1.862.778				
Operações com seguradoras	7.1	867.462	852.260				
Operações com resseguradoras		10.305	11.202				
Outros créditos operacionais	8.1	2.922	5.076				
Ativos de resseguro e retrocessão	10	179.707	310.658				
Títulos e créditos a receber	8.2	13.847	15.949				
Títulos e créditos a receber		68.341	61.688				
Créditos tributários e previdenciários		22.601	21.298				
Outros créditos		31.168	31.183				
Outros valores e bens	11	51.098	71.923				
Bens a venda		51.098	71.923				
Despesas antecipadas		12.252	8.583				
Custos de aquisições diferidos	12	325.834	362.926				
Seguros		325.834	362.926				
Ativo não circulante		5.192.929	4.454.867				
Realizável a longo prazo		1.880.204	1.608.658				
Aplicações	6.1	7.248	7.381				
Créditos das operações com seguros e resseguros		371	345				
Prêmios a receber	7.1	1	2				
Operações com resseguradoras	8.1	370	343				
Outros créditos operacionais	10	712.301	502.092				
Ativos de resseguro e retrocessão	8.2	3.203	2.948				
Títulos e créditos a receber		1.151.833	1.093.389				
Créditos tributários e previdenciários	9.1	204.874	203.991				
Depósitos judiciais e fiscais	21.1	942.903	881.578				
Outros créditos operacionais		4.056	7.820				
Outros valores e bens	11	3.001	-				
Despesas antecipadas		-	10				
Custos de aquisição diferidos	12	2.247	2.493				
Seguros		2.247	2.493				
Investimentos		3.234.064	2.760.011				
Participações societárias	13	3.233.741	2.759.688				
Imóveis destinados a renda		37	37				
Outros investimentos		286	286				
Imobilizado		20.164	26.429				
Imóveis de uso próprio		1.119	1.209				
Bens móveis		10.300	13.120				
Outras imobilizações		8.745	12.100				
Intangível	14	58.497	59.769				
Outros intangíveis		58.497	59.769				
Total do ativo		8.593.064	8.037.670				
Passivo							
Passivo circulante							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	15.1	279.077	183.228				
Impostos e encargos sociais a recolher							
Encargos trabalhistas							
Impostos e contribuições							
Outras contas a pagar	15.2	26.173	29.381				
Débitos de operações com seguros e resseguros							
Prêmios a restituir							
Operações com seguradoras							
Operações com resseguradoras	8.1	2.773	5.510				
Corretores de seguros e resseguros							
Outros débitos operacionais							
Depósitos de terceiros							
Provisões técnicas - seguros							
Danos	18.1	2.309.566	2.386.343				

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)		
	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	592.305	533.599
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	26.194	28.343
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(49)	(19)
Resultado de equivalência patrimonial	(571.613)	(550.642)
Outros ajustes	2.390	(6.913)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	31.429	(58.429)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(91.435)	123.587
Ativos de resseguro	1.847	81.884
Créditos fiscais e previdenciários	(9.560)	30.508
Depósitos judiciais e fiscais	(13.894)	(28.800)
Despesas antecipadas	(3.659)	3.010
Custos de aquisição diferidos	37.338	30.882
Outros ativos	47.911	48.560
Outras contas a pagar	40.407	(52.376)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(20.872)	(126.130)
Depósitos de terceiros	(14.454)	(29.028)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(64.948)	(78.803)
Provisões judiciais	15.808	(49.462)
Outros passivos	(7.471)	35.490
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	130.969	171.703
Imposto sobre o lucro pagos	(29.160)	(9.604)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	99.483	97.360
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	101	305
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(40.000)	–
Imobilizado	(1.875)	(137)
Intangível	(18.470)	(11.620)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(60.244)	(11.452)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(37.251)	(83.726)
Outros	–	(2.374)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(37.251)	(86.100)
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalente de caixa	1.988	(192)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.760	19.952
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.748	19.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A.(SASA) com 48,94% de participação direta e 51,06% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulásapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 28/02/2018, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Títulos e valores mobiliários: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. Derivativos: São classificados no ativo circulante "Títulos e créditos a receber" ou no passivo circulante "Outras contas a pagar", sendo compostos por opções e contratos futuros. 3.2.2. **Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Bens à venda:** A Companhia possui ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. 3.4. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.7. **Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperável, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 09 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são constituídos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. 3.9.3. **Provisão de Sinistros a Liquevar (PSL):** Processos administrativos: A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional, podendo ser negativo ou positivo, calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. (Incurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), conforme descrito na nota 3.9.4. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquevar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquevar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbeência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros" no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liqueidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.9.4. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** Processos administrativos: A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto a Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.9.5. **Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULA). A ULA refere-se a despesas relativas à gestão de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. 3.10. **Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETT) livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzido dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas deficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a provisão de sinistros judicial e fiscal. 3.11. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais de natureza cível, suas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. E papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1^a linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1^a linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2^a linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3^a linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$3.331.691 (R\$3.448.274 em 2016), compreendidas nas seguintes proporções:

Ramos	2017						2016					
	Sudeste	Norte	Centro	Este	Sul	Total	Sudeste	Norte	Centro	Este	Sul	Total
Automóvel	63,39%	1,91%	11,99%	5,30%	17,41%	100,00%	63,82%	1,86%	12,30%	5,71%	16,31%	100,00%
Condôminio	59,86%	1,94%	9,25%	7,99%	20,96%	100,00%	55,98%	2,35%	10,30%	8,94%	22,43%	100,00%
Empresarial	55,72%	0,91%	8,69%	3,77%	30,91%	100,00%	59,55%	0,74%	8,69%	3,72%	27,30%	100,00%
Patrimonial												
demais	64,00%	2,02%	12,33%	5,36%	16,29%	100,00%	64,41%	1,98%	12,40%	5,73%	15,48%	100,00%
Residencial	37,37%	0,59%	3,98%	2,68%	55,38%	100,00%	40,43%	0,60%	3,83%	3,19%	51,95%	100,00%
Vida em grupo	56,83%	1,16%	10,45%	3,81%	27,75%	100,00%	54,95%	1,32%	11,72%	4,66%	27,35%	100,00%
Outros	59,58%	1,98%	14,98%	5,84%	17,62%	100,00%	57,96%	2,09%	15,41%	7,94%	16,60%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os seguros de danos, têm seus riscos de precificação associados a desvios das premissas utilizadas no momento da subscrição das apólices, sendo estas revisadas de forma contínua no processo de renovação e subscrição de novas apólices. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituidas, oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituidas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes colações. Contribuem como pareceristas, neste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócios para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviços e inspeções detalhadas na subscrição das apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Danos:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de danos, antes e depois da contratação de resseguros. Foram aplicados choques de variação percentual de 5% nos sinistros, nas despesas administrativas e nos custos de comercialização.

Premissas	2017						2016					
	Automóveis e massificados						Outros ramos elementares					
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(106.495)	(58.572)	(106.556)	(58.606)	(236)	(130)	(701)	(385)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(25.693)	(14.131)	(25.693)	(14.131)	(2.366)	(1.302)	(2.366)	(1.302)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(37.739)	(20.756)	(37.739)	(20.756)	(117)	(64)	(117)	(64)				
Redução de 5% na sinistralidade	106.495	58.572	106.556	58.606	236	130	701	385				
Redução de 5% nas despesas administrativas	25.693	14.131	25.693	14.131	2.366	1.302	2.366	1.302				
Redução de 5% nos custos de comercialização	37.739	20.756	37.739	20.756	117	64	117	64				

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução).

Premissas	2016						2015					
	Automóveis e massificados						Outros ramos elementares					
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos	após dos impostos	antes dos impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(112.452)	(61.848)	(112.884)	(62.086)	(97)	(54)	(1.052)	(579)				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(26.186)	(14.402)	(26.186)	(14.402)	(374)	(206)	(374)	(206)				
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(40.860)	(22.473)	(40.860)	(22.473)	(120)	(66)	(120)	(66)				
Redução de 5% na sinistralidade	112.452	61.848	112.884	62.086	97	54	1.052	579				
Redução de 5% nas despesas administrativas	26.186	14.402	26.186	14.402	374	206	374	206				
Redução de 5% nos custos de comercialização	40.860	22.473	40.860	22.473	120	66	120	66				

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os cenários dos impactos de fatores apresentados não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituidas e um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base das demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

dos resseguradores nas classes internas. Level 1 refere-se a categoria com o menor grau de risco e Level 5 a categoria com maior grau de risco. **Ressegurador local:** Ressegurador sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, que tenha por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão; **Ressegurador admitido:** Ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão; e **Ressegurador eventual:** Empresa resseguradora estrangeira sediada no exterior, sem escritório de representação no país, que, atendendo às exigências previstas na legislação em vigor, aplicáveis à atividade de resseguro e retrocessão, tenha sido cadastrado como tal na SUSEP, para realizar operações de resseguro e retrocessão. Em 31/12/2017, adicionamente aos valores informados na tabela anterior, há R\$36.919 (R\$33.024 em 2016) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa.

4.5. Riscos operacionais: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violentem o apetite a risco definido pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.

4.6. Riscos legais e compliance: Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.6.1. Gestão dos riscos legais: Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

Adicionalmente a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência para provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão de compliance e que facilite defender as posições relativas a compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.7. Gestão do capital: A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas do retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2017 e 2016.

Descrição 2017 2016

Patrimônio líquido contábil 4.838.323 4.362.154

Deduções:

Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas (3.233.741) (2.759.688)

Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro (12.252) (8.593)

Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social (606) (7.805)

Ativos intangíveis (58.497) (59.769)

Ajustes econômicos 12.060 5.512

Patrimônio líquido ajustado - PLA (a) 1.545.287 1.531.811

Capital base (b) 15.000 15.000

Capital de risco (c) 703.247 912.066

Capital de risco de subscrição (d) 550.791 774.500

Capital de risco operacional (e) 22.431 23.115

Capital de risco de crédito (f) 193.622 187.707

Capital de risco de mercado (g) 38.930 19.516

CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h) 703.247 912.066

Suficiência de capital - RS (i) = (a) - (h) 842.040 619.745

Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a) 54,49% 40,46%

A partir de 31/12/2016 o cálculo da suficiência de capital engloba as alterações introduzidas pela resolução CNSP 343 de 26/12/2016, onde as principais modificações foram à inclusão dos ajustes econômicos no cálculo do patrimônio líquido ajustado e o capital de risco de mercado no cálculo do CRM. Em 31/12/2017, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$423.638 (R\$340.154 em 2016), que correspondem a 60,24% (37,29% em 2016) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015.

5. Instrumentos financeiros derivativos: 5.1. Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos: Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. A Companhia faz a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros e de câmbio. A utilização dos instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Valor de Referência (nacional) **Valor Justo** **Valor a receber/ recebido** **Valor a pagar / pago**

Descrição **Vencimento** 2017 2016 **2017** 2016 **2017** 2016 **2017** 2016

Contratos futuros:

Compromisso de compra

Taxa de juros em reais 2018/2019 4.100 500 3.851 385 – – – –

Moeda estrangeira 2018 23.210 22.947 23.210 22.947 – – 48 246

5.2. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2017 e 2016, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidos em fundos de investimentos exclusivos são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo **Vencimento** **Quantidade** **Valor**

LFT Março/2018 64 594

LFT Setembro/2018 100 928

LFT Setembro/2021 800 7.407

LFT Setembro/2022 10 93

Total 974 9.022

2016

Ativo **Vencimento** **Quantidade** **Valor**

LFT Março/2018 64 540

LFT Setembro/2018 100 843

LFT Setembro/2021 846 7.117

LFT Março/2020 5 42

Total 1.015 8.542

LFT: Letras financeiras do tesouro. Não divulgamos análise de sensibilidade para os derivativos da Companhia.

6.2. Movimentação das aplicações:

Valor justo por meio do resultado **Disponível para venda** **Mantido até o vencimento** **Total (a)**

Saldo em 01/01/2016 269.250 1.350.460 168.486 1.788.196

Aplicações 852.887 699.286 1.552.173

Rendimentos resgate (b) (16.239) (23.805) (10.368) (50.412)

Principais resgate (892.230) (771.963) (1.138.121) (173.270) (1.664.193)

Resultado financeiro 25.244 180.940 21.564 227.748

Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos (6.600) – (6.600)

Ajuste no patrimônio líquido – 21.325 – 21.325

Saldo em 31/12/2016 232.312 1.456.243 179.682 1.868.237

(a) Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, passamos a apresentar a movimentação das cotas de fundos exclusivos em substituição a movimentação dos ativos que compõe estas cotas de fundos. Em função desta alteração estamos represtando a movimentação de 2016.

Valor justo por meio do resultado **Disponível para venda** **Mantido até o vencimento** **Total**

Saldo em 31/12/2016 232.312 1.456.243 179.682 1.868.237

Aplicações 356.466 1.371.836 – 1.728.302

Rendimentos resgate (b) (7.813) (163.434) (5.542) (176.789)

Principais resgate (422.029) (1.138.121) (173.270) (1.733.420)

Resultado financeiro 14.203 139.875 6.538 160.616

Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos (10.630) – (10.630)

Ajuste no patrimônio líquido – 15.137 – 15.137

Saldo em 31/12/2017 162.509 1.681.536 7.408 1.851.453

(b) O valor desta linha na classificação "Mantido até o vencimento" se refere aos juros e atualização monetária anualizada do título NTN-B.

6.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

• A metodologia de Value at Risk (VaR) Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes.

O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar aloocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e • DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

2017

Fatores de risco **VaR 95% DV01=0,01%**

Pré-fixado (55) (8)

IPCA 477 85

Renda variável (5) 1

Outros (76) 228

Total 341 306

2016

Fatores de risco **VaR 95% DV01=0,01%**

Pré-fixado (184) (11)

IPCA 922 97

Outros 277 272

Total 1.015 358

uma vez que o montante detido não é significativo dentro da carteira de aplicações financeiras, fazendo com que as variações de tais ativos não produzam impactos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

2017

Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	2017		
Valor avaliado	Valor avaliado	Valor avaliado	Taxa média de juros	Total		

<tbl_r cells="7" ix="4" maxc

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

8. Ativos e passivos de resseguro: 8.1. Operações com resseguradoras:

Descrição	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento de sinistro	—	—	—	1.057
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	3.112	5.198	2.450	4.281
Salvados e resarcimentos	—	—	323	172
Redução ao valor recuperável (a)	(240)	(177)	—	—
Outros	420	398	—	—
Total	3.292	5.419	2.773	5.510
Circulante	2.922	5.076	2.773	5.510
Não circulante	370	343	—	—

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). As operações com resseguradoras estão classificadas, basicamente, no circulante devido às características das operações, liquidadas em até 365 dias. 8.2. Ativos de resseguro e retrocessão: Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2017	2016	2017	2016	
Danos	3.951	5.563	13.029	13.279	16.980
Pessoas	—	19	70	36	70
Total	3.951	5.582	13.099	13.315	17.050
Circulante	3.506	5.158	10.341	10.791	13.847
Não circulante	445	424	2.758	2.524	3.203
					2.948

8.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:

Descrição	Danos		Pessoas		Total
	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 01/01/2016	19.433	147	19.580		
Emissões/RVNE	48.452	110	48.562		
Cancelamentos	(37.783)	(5)	(37.788)		
Amortizações	(24.539)	(233)	(24.772)		
Saldo em 31/12/2016	5.563	19	5.582		
Circulante	5.563	19	5.582		
Não circulante	—	—	—		424

Descrição	Danos		Pessoas		Total
	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 31/12/2016	5.563	19	5.582		
Emissões/RVNE	5.336	—	5.336		
Cancelamentos	(9)	—	(9)		
Amortizações	(6.939)	(19)	(6.958)		
Saldo em 31/12/2017	3.951	3.951	3.506		
Circulante	3.951	3.951	3.506		
Não circulante	—	—	445		

8.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:

Descrição	Danos		Pessoas		Total
	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 01/01/2016	81.163	38	81.201		
Adições/baixa	(65.427)	(2)	(65.429)		
Atualização monetária / juros	(1.626)	3	(1.623)		
Variação IBNR	(831)	(3)	(834)		
Saldo em 31/12/2016	13.279	36	13.315		
Circulante	13.279	36	13.315		
Não circulante	—	—	—		2.524

9. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 9.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Tributos a compensar/ recuperar (nota 9.1.1)	14.572	9.207		
Créditos tributários (nota 9.1.2)	344.552	318.538		
Débitos tributários (nota 9.1.2)	(139.678)	(114.547)		
Total	219.446	213.198		
Circulante	14.572	9.207		
Não circulante	204.874	203.991		

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9.1.1. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Atualiza-ção mo-mentária		Baixas / compen-saçáo		Saldo em 31/12/2016
	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 01/01/2016	13.279	36	13.315		
Adições/baixa	(1.309)	17	(1.292)		
Atualização monetária / juros	377	2	379		
Variação IBNR	682	15	697		
Saldo em 31/12/2017	13.029	70	13.099		
Circulante	13.029	70	13.099		
Não circulante	—	—	—		2.758

9.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2016		Consti-tuição		Realiza-ção	Saldo em 31/12/2016
	2017	2016	2017	2016		
Provisão para perda em investimentos	782	—	—	782		
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	203.744	21.106	(24.776)	200.074		
Redução ao valor recuperável de créditos	45.902	18.569	(381)	64.090		
Provisões	5.220	5.617	(5.903)	4.934		
Participações nos lucros	8.902	1.517	(8.869)	1.550		
Perda atuarial com plano de benefício definido	3					

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

17. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2017			2016		
	Prêmio direto	Coseguro	Total	Prêmio direto	Coseguro	Total
De 01 a 30 dias	4.375	—	4.375	13.137	4.250	17.387
De 31 a 60 dias	846	—	846	1.204	—	1.204
De 61 a 120 dias	1.555	—	1.555	1.670	—	1.670
De 121 a 180 dias	1.542	—	1.542	1.286	290	1.576
De 181 a 365 dias	167	2	169	311	1	312
Acima de 365 dias	511	328	839	1.594	37	1.631
Total	8.996	330	9.326	19.202	4.578	23.780
Circulante			9.326			23.780

18. Provisões técnicas de seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

Danos:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
	Saldo em 01/01/2016	821.049	
Emissões	3.851.206	—	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(396.323)	(2.593.062)	
Prêmios ganhos	(3.468.708)	—	
Avisados / alterações	—	2.506.088	
Atualização monetária / juros	—	25.289	
Variação do IBNR	—	(2.853)	
Saldo em 31/12/2016	1.804.100	756.511	2.560.611
Circulante		2.386.343	
Não circulante		174.268	

Danos:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
	Saldo em 01/01/2016	821.049	
Emissões	3.851.206	—	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(396.323)	(2.593.062)	
Prêmios ganhos	(3.468.708)	—	
Avisados / alterações	—	2.506.088	
Atualização monetária / juros	—	25.289	
Variação do IBNR	—	(2.853)	
Saldo em 31/12/2016	1.804.100	756.511	2.560.611
Circulante		2.386.343	
Não circulante		174.268	

Danos:	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR	Total
	Saldo em 01/01/2016	821.049	
Emissões	3.851.206	—	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(396.323)	(2.593.062)	
Prêmios ganhos	(3.468.708)	—	
Avisados / alterações	—	2.506.088	
Atualização monetária / juros	—	25.289	
Variação do IBNR	—	(2.853)	
Saldo em 31/12/2016	1.804.100	756.511	2.560.611
Circulante		2.386.343	
Não circulante		174.268	

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo			
			2017	2016	2017	2016
Sul América S.A. (b) (c) (d) (i)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	86	—	143.122	61.488
Sulasapar Participações S.A. (j)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—	—	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (b) (d) (i)	Controladora direta	Sul América S.A.	191	21	45.760	53.291
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	5.417	135	2.052	706
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	—	102	118
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1	1	207	239
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	7.135	9.659	126	72
Nova Ação Participações S.A. (j)	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	5	—	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	86	—	—	736
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5	4	—	—
Sul América Odontológico S.A. (d) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6	6	—	—
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (j)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.132	62	281	166
Escrítorio de Advocacia Gouvea Vieira (h)	Outros	Outros	—	—	—	—
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	—	—
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	—	—
Almeida e Silva Gouvea Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	—	—	—	—
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	50	467	—	—
Swiss Re Brasil Resseguros S.A (i)	Ligada	Outros	51	177	59	11
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	—	—	—	412
Total			14.169	10.532	191.709	117.239

Descrição	Categoria	Controladora	Receita			
			2017	2016	2017	2016
Sul América S.A. (b) (c) (d) (i)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	200	252	—	—
Sulasapar Participações S.A. (j)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	138	—	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (b) (d) (i)	Controladora direta	Sul América S.A.	836	1.245	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (j)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	11.248	11.476	(7.547)	(7.096)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(1.286)	(1.319)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (d) (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	(2.611)	(2.678)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	873	2.945	(853)	(861)
Nova Ação Participações S.A. (j)	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	19	138	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	252	—	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	232	252	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	(10.204)	(8.450)
Sul América Odontológico S.A. (d) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	45	126	—	—
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (d) (k) (j)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	3.130	3.210	(1.626)	(1.516)
Escrítorio de Advocacia Gouvea Vieira (h)	Outros	Outros	—	—	(36)	(212)
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	(559)	(50)
Gouvea Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	—	—	(217)	(401)
Almeida e Silva Gouvea						

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2017 e 2016 são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre outras receitas. **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31 de dezembro 2017 não ocorreram alterações no status deste processo. Ressalta-se que com relação aos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994 e 17/1997 ainda não houve decisão. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indeutável na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obstruiu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ, negando provimento ao Recurso Extraordinário interposto por uma das suas Controladas. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **21.4. Provisões judiciais:** A principal ação com provisão judicial em 31/12/2017 e 2016, é: **INSS:** A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestatórios corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **21.5. Contingências:** Em 31/12/2017 e 2016, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2017	2016
Fiscais	464.441	426.045
Cláves	66.026	75.621
Trabalhistas	56.935	34.937
Total	587.402	536.603

Apesar de compreender ações fiscais com probabilidade de perda possível, o valor de R\$211.043 (R\$197.758 em 2016) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$253.398 (R\$228.287 em 2016) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendários 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais relativos a discussões sobre PIS e COFINS. **22. Patrimônio líquido:** **22.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2017 é R\$2.530.723 (R\$2.043.811 em 2016), dividido em 237 ações ordinárias e 235 ações preferenciais, totalizando 472 ações (463 em 2016), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 29/03/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$400.000, sem emissão de ações, sendo R\$103.288 referente a totalidade da Reserva Legal e R\$296.712 referente a parte do saldo da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.609923/2017-93. Em 18/04/2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$66.912, com a emissão de 9 novas ações, sendo 5 novas ações ordinárias e 4 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9.656.878,89 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 31/03/2017, sendo 3 novas ações ordinárias e 2 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. e 2 novas ações ordinárias e 2 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. **22.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio e deságio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. **22.3. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder 30% do capital social. **22.4. Reserva estatutária:** A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 08/05/2017 a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$19.613, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/04/2017, à razão de R\$41.553,29 (em reais) por ação ordinária e preferencial, pago aos acionistas a partir de 12/05/2017. **22.7. Distribuição do resultado:**

Descrição	2017	2016
Lucro antes dos impostos e participações	624.195	559.489
(-) Impostos e contribuições	(9.398)	(8.483)
(-) Participações	(22.492)	(17.407)
Lucro líquido do exercício	592.305	533.599
Outros ajustes	412	–
Lucro líquido do exercício após compensações e ajustes	592.717	533.599
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(29.636)	(26.679)
Lucro líquido ajustado	563.081	506.920
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	140.770	126.730
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	19.613	–
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	121.157	126.730
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	57.343	3.320
Bruto	210.000	153.000
Imposto de renda	(31.500)	(22.950)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	–
Constituição de reserva estatutária	333.468	353.920

23. Detalhamento das contas do resultado: 23.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2017			2016		
	Prêmios Ganhos	Sinistra-idade	Comissão- namento	Prêmios Ganhos	Sinistra-idade	Comissão- namento
Automóvel - Casco	2.040.907	67,50%	20,70%	2.160.320	68,50%	22,70%
Responsabilidade						
Civil Facultativa	591.911	66,20%	17,90%	613.277	63,60%	18,90%
Assistência e						
Outras						
Coberturas - Auto	493.806	60,10%	18,40%	462.199	68,30%	19,40%
Seguro						
Habitacional						
em Apólices de Mercado -						
Prestamista	13.770	39,40%	12,20%	15.810	52,30%	12,30%
Seguro						
Habitacional						
em Apólices de Mercado -						
Coberturas	8.054	16,10%	12,30%	8.532	12,30%	12,40%
Compreensivo						
Empresarial	40.823	41,10%	33,20%	40.049	46,50%	36,00%
Compreensivo						
Condomínio	60.331	37,20%	29,90%	51.795	43,20%	32,10%
Compreensivo						
Residencial	61.311	29,10%	34,60%	54.968	32,70%	35,40%
Acidentes						
Pessoais de						
Passageiros - APP	31.272	9,10%	17,70%	31.163	6,50%	18,80%
Riscos de						
Engenharia (a)	1.119	0,40%	0,10%	9.937	495,40%	-3,40%
Outros	15.448	75,20%	31,10%	13.952	151,00%	32,20%
Total	3.358.752			3.462.002		

(a) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2017	2016
Sinistros	(2.522.255)	(2.695.612)
Recuperação de sinistros (a)	20	59.460
Salvados e resarcimentos	311.270	306.467
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	65.905	3.012
Total	(2.145.060)	(2.326.673)

(a) Operações resseguradas com efeitos reconhecidos na nota 23.5.

23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2017	2016
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(662.573)	(772.193)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	56.334	63.969
Sobre prêmios cedidos	–	(961)
Outros custos de comercialização	(42.8	

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Parecer do Atuarial Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros, Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e, ainda, apresentar uma situação patrimonial e expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório.

02.189.924/0001-03 - CIBA 45. João Batista da Costa Pinto - MIBA 944.

Anexo I

Demonstrativos do parecer atuarial

1. Demonstrativo dos limites de retenção

31/12/2016
31/12/2017

Demonstrativos do parecer atuarial		
1. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2017	31/12/2016
Ramo 0553	3.200.000	3.200.000
Ramo 0621	3.450.000	3.450.000
Ramo 0622	3.450.000	3.450.000
Ramo 0623	3.000.000	3.000.000
Ramo 0632	3.450.000	3.450.000
Ramo 0638	3.450.000	3.450.000
Ramo 0644	3.450.000	3.450.000
Ramo 0652	3.450.000	3.450.000
Ramo 0654	3.450.000	3.450.000
Ramo 0655	3.450.000	3.450.000
Ramo 0656	3.450.000	3.450.000
Ramo 0658	3.000.000	3.000.000
Ramo 0743	8.000.000	8.000.000
Ramo 0929	2.700.000	2.700.000
Ramo 0969	2.700.000	2.700.000
Ramo 0977	2.700.000	2.700.000
Ramo 0982	2.700.000	2.700.000
Ramo 0984	2.700.000	2.700.000
Ramo 0990	2.700.000	2.700.000
Ramo 0993	3.025.316	3.025.316
Ramo 1061	5.000.000	5.000.000
Ramo 1065	5.000.000	5.000.000
Ramo 1066	3.100.000	3.100.000
Ramo 1101	756.329	756.329
Ramo 1102	756.329	756.329
Ramo 1103	756.329	756.329
Ramo 1104	756.329	756.329
Ramo 1105	756.329	756.329
Ramo 1106	756.329	756.329
Ramo 1107	2.000.000	2.000.000
Ramo 1108	756.329	756.329
Ramo 1109	756.329	756.329
Ramo 1130	3.025.316	3.025.316
Ramo 1162	1.500.000	1.500.000
Ramo 1164	756.329	756.329
Ramo 1329	2.700.000	2.700.000
Ramo 1369	2.700.000	2.700.000
Ramo 1377	2.700.000	2.700.000
Ramo 1381	2.700.000	2.700.000
Ramo 1384	2.700.000	2.700.000
Ramo 1390	2.700.000	2.700.000
Ramo 1391	2.700.000	2.700.000
Ramo 1417	6.000.000	6.000.000
Ramo 1433	6.000.000	6.000.000
Ramo 1535	2.700.000	2.700.000
Ramo 1537	1.400.000	1.400.000

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações

regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP. 2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. Domingos Carelli Neto - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; e Renato Russo - Membro.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

TRIBUTOS

Setor de serviços fica fora da mudança do PIS/Cofins para diminuir litígios

Beneficiados continuam pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%, e foi uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor

O governo quer diminuir os litígios com as empresas que são tributadas pelo PIS/Cofins. Os dois tributos são uns dos mais complexos do sistema tributário brasileiro e passarão por reforma com a proposta de simplificação tributária que o presidente Michel Temer pretende enviar em breve ao Congresso. Hoje, 80% dos novos recursos que ingressam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tratam do PIS/Cofins. O Carf é uma espécie de "tribunal" que avalia questionamentos de contribuintes a débitos aplicados pelo Fisco. As empresas do setor

de serviços não serão atingidas pela mudança, mantendo a sistemática atual de cobrança. Elas poderão continuar pagando pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%. Foi uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor, que no ano passado fizeram uma mobilização no Congresso e nos gabinetes do governo para impedir que a proposta avançasse, temendo aumento da carga tributária.

O maior temor do setor é a migração do regime cumulativo para o não cumulativo

que pagam pelo sistema não cumulativo, terão a cobrança aperfeiçoadas e poderão abater do imposto devido todo o custo do insumo usado. Isso significa, na prática, a introdução no país do Imposto de Valor Adicionado (IVA). Hoje, nem todos os insumos se transformam em crédito a ser abatido do imposto devido na hora que a empresa vende o seu produto. É sobre essas empresas que as mudanças vão atingir.

A proposta do governo, segundo uma fonte envolvida na elaboração da mudança é que todos os insumos se transformem em créditos financeiros. Como a

base de crédito vai aumentar, a proposta prevê um aumento da alíquota para garantir que não haja redução da arrecadação. É a chamada neutralidade tributária: nem aumenta nem diminui a arrecadação.

O governo ainda não fechou os valores. Mas a proposta prevê também a redução dos diversos tipos de alíquota que existem hoje. As mudanças serão feitas em duas etapas. Primeiro o PIS e no ano seguinte a Cofins. Com isso, o governo quer garantir que não terá perda de arrecadação com a nova calibragem da alíquota que levará em conta a ampliação da base de créditos.